STJ00111837

ANA FLAVIA VELLOSO
TARCISO DAL MASO JARDIM
Coordenadores

Francisco Rezek
Prefácio

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E OS REGIMES INTERNACIONAIS

Belo Horizonte
FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2021

STJ00111837

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
Alexandre Coutinho Pagliarini
André Ramos Tavares
Carlos Ayres Britto
Carlos Mário da Silva Velloso
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Cesar Augusto Guimarães Pereira
Clovis Beznos
Cristiana Fortini
Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (*in memoriam*)
Egon Bockmann Moreira
Emerson Gabardo
Fabrício Motta
Fernando Rossi
Flávio Henrique Unes Pereira
Floriano de Azevedo Marques Neto
Gustavo Justino de Oliveira
Inês Virgínia Prado Soares
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Juarez Freitas
Luciano Ferraz
Lúcio Delfino
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Márcio Cammarosano
Marcos Ehrhardt Jr.
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Ney José de Freitas
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Paulo Modesto
Romeu Felipe Bacellar Filho
Sérgio Guerra
Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N935 A nova lei de migração e os regimes internacionais / Ana Flavia Velloso, Tarciso Dal Maso Jardim (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

433p.

ISBN: 978-65-5518-167-8

1. Direito Internacional Privado. 2. Direito Internacional Público. 3. Direitos Humanos. I. Velloso, Ana Flavia. II. Jardim, Tarciso Dal Maso. III. Título.

CDD 341.121941
CDU 341

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VELLOSO, Ana Flavia; JARDIM, Tarciso Dal Maso (Coord.). *A nova lei de migração e os regimes internacionais*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 433p. ISBN 978-65-5518-167-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Francisco Rezek 17

APRESENTAÇÃO
Ana Flávia Velloso, Tarciso Dal Maso Jardim 21

A LEI MIGRATÓRIA E A INOVAÇÃO DE PARADIGMAS
Tarciso Dal Maso Jardim 23
1 Herança escravocrata 24
2 Imigrante ideal: ascendência europeia e mão de obra 26
3 Imigrante como ameaça à segurança nacional 29
4 Lei humanista sobre a mobilidade 37
Considerações finais – consagrar direitos, liberdades e garantias 49

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO BRASIL: A INVALIDADE JURÍDICA DA EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Carmen Tiburcio, Thiago Magalhães Pires, Stela Hühne Porto 57
1 Introdução 57
2 Validade e interpretação do art. 129, VI, do Decreto nº 9.199/2017 60
2.1 A Lei de Migração e a concessão de autorização de residência para pessoas com antecedentes criminais 60
2.2 O princípio da legalidade e a atuação do Poder Executivo em matéria de imigração 65
3 A situação dos estrangeiros cuja extradição tenha sido indeferida pelo Supremo Tribunal Federal 73
4 Conclusão 74
Referências 75

O NOVO PARADIGMA MIGRATÓRIO INAUGURADO PELA LEI DE MIGRAÇÃO (LEI Nº 13.445/2017) E OS DESAFIOS RESULTANTES DA JUDICIALIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO EM MASSA DE VENEZUELANOS EM RORAIMA (ACO Nº 3.121)

Andrea de Quadros Dantas Echeverria, Isadora Maria B. R. Cartaxo de Arruda 77

Introdução 77

1 Os paradigmas migratórios e a nova Lei de Migração brasileira 78

2 As dificuldades de impedimento de entrada nos casos de imigração em massa: as discussões postas na ACO nº 3.121 83

3 Desafios e possibilidades de uma nova política migratória 90

Considerações finais 93

Referências 94

A MEDIDA DE DEPORTAÇÃO NA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA

João Guilherme Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva 97

1 Introdução 97

2 Breve trajetória institucional e normativa 100

3 Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017): refundação da deportação 105

4 Considerações finais 112

Referências 113

PRISÃO PARA DEPORTAR E SEU JUÍZO DE CAUTELARIDADE

Antonio Henrique Graciano Suxberger 115

Introdução 115

1 Deportação: seu procedimento e o uso da prisão 117

2 Contornos gerais da prisão processual: a prisão preventiva 119

3 A conformação de cautelaridade da prisão para deportar 121

4 A visão do STF sobre o tema 124

Considerações finais 127

Referências 128

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (LEI Nº 13.445/2017) E A RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR AÉREO NA REPATRIAÇÃO

Ricardo Fenelon Junior, Luiz Fernando Pimenta 131

1 Introdução 131

2 Medidas de retirada compulsória 132

3 A responsabilidade do transportador aéreo na repatriação 136
4 A Convenção de Chicago de 1944 e a Organização de Aviação Civil Internacional 141
5 Programa de Facilitação do Transporte Aéreo (PROFAL) 144
Referências 145

A EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS FRENTE À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO
Sérgio Luíz Kukina, Cleanto de A. C. Fernandes 147
1 Introdução 147
2 Retrospecto das normativas internacional e constitucional 149
3 Panorama evolutivo da legislação infraconstitucional 150
4 Autoridade competente para deliberar sobre a expulsão 151
5 Medida judicial cabível contra a expulsão 153
6 Competência jurisdicional para apreciar medidas voltadas contra atos expulsórios 153
7 Limites ao exame realizado pelo Poder Judiciário 155
8 Hipóteses de inexpulsabilidade – evolução legislativa e jurisprudencial 157
9 Causas impeditivas de expulsão previstas no Estatuto do Estrangeiro 158
10 A nova Lei de Migração: noções introdutórias 168
11 Causas impeditivas de expulsão previstas na Lei de Migração (Lei nº 13.445/17) 169
12 Conclusão 172
Referências 173

O INQUÉRITO DE EXPULSÃO E SUA RELAÇÃO COM O INQUÉRITO POLICIAL
Georges Carlos Frederico Moreira Seigneur 175
1 A expulsão e a Lei nº 13.445/2017 175
2 Inquérito de expulsão 179
3 Conclusão 188
Referências 189

COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL NA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA PARA OS PEDIDOS ATIVOS E PASSIVOS
Vladimir Aras 191
1 Introdução 191

2 A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) 193
3 Cooperação internacional em matéria penal 194
3.1 Legitimidade e competência para a expedição de pedidos ativos de cooperação internacional 195
3.2 Legitimidade e competência para a execução de pedidos passivos de cooperação internacional 196
4 Instrumentos de cooperação penal internacional na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) 198
4.1 Extradição 199
4.2 Transferência de execução penal 204
4.3 Transferência de condenados 209
5 Conclusão 212
Referências 212

A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESSOAS CONDENADAS

Vladimir Aras 215
1 Introdução 215
2 Conceito da transferência internacional de pessoas condenadas 216
3 Marco normativo na transferência de condenados 218
4 Procedimento da transferência internacional de condenados 219
4.1 Competência na transferência de condenado ao exterior 222
4.2 Competência na transferência de condenados para o Brasil 224
4.3 A competência federal na transferência de condenados 225
4.4 O procedimento em juízo 227
5 O cumprimento da pena no Brasil 230
6 Conclusão 231
Referências 231

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA FINS PENAIS: CONSTITUCIONALIDADE DA REGULAÇÃO POR DECRETO DAS REGRAS PARA TRANSFERÊNCIA DE CONDENADOS

Christine Oliveira Peter da Silva 233
1 Prolegômenos 233
2 Cooperação jurídica internacional e constitucionalismo cooperativo 237
3 Sobre o caráter humanitário da transferência de condenados 239
4 Da constitucionalidade da transferência de pessoas condenadas e sua regulamentação multinível 244

5 Considerações finais 246
Referências 247

LIMITES À EXTRADIÇÃO PASSIVA BRASILEIRA: COMENTÁRIOS AO ARTIGO 96 DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Mateus Schaeffer Brandão ...249
Introdução 249
1 O instituto da extradição no ordenamento jurídico nacional 251
2 A extradição na nova Lei de Migração 256
3 Inovações quanto à extradição passiva 260
4 Limites à extradição passiva 264
4.1 Princípio da especialidade – "Inciso I – não submeter o extraditando a prisão ou processo por fato anterior ao pedido de extradição" 267
4.2 Direito à detração – "Inciso II – computar o tempo da prisão que, no Brasil, foi imposta por força da extradição" 270
4.3 Pena de morte ou pena perpétua privativa de liberdade – "Inciso III – comutar a pena corporal, perpétua ou de morte em pena privativa de liberdade, respeitado o limite máximo de cumprimento de 30 (trinta) anos" 272
4.4 Reextradição a um terceiro Estado – "Inciso IV – não entregar o extraditando, sem consentimento do Brasil, a outro Estado que o reclame" 274
4.5 Agravamento de pena por motivo político – "Inciso V – não considerar qualquer motivo político para agravar a pena" 275
4.6 Influência do Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos – "Inciso VI – não submeter o extraditando a tortura ou a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes" 276
Conclusão 277
Referências 278

A "EXTRADIÇÃO DISFARÇADA" E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Antenor Madruga, Adriano Teixeira 283
1 Considerações introdutórias 283
2 Extradição disfarçada ou extradição de fato: conceito e jurisprudência internacional 284
2.1 Conceito 284
2.2 Jurisprudência internacional 287
2.3 Conclusão intermediária: violação do direito internacional e do direito interno 290

3 A proibição da "extradição disfarçada" no direito brasileiro 291
3.1 Casos 292
4 Direito positivo: nova Lei de Migração e consequências jurídicas 294
5 Conclusão 297
Referências 297

PRISÃO PREVENTIVA PARA EXTRADIÇÃO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO
Carolina Cardoso Guimarães Lisboa, Ricardo Martins Junior 299
1 Introdução 299
2 Passado: prisão extradicional como condição de procedibilidade do pedido de extradição 300
3 Presente: prisão cautelar extradicional ainda como regra? 306
4 Futuro: submissão do extraditando à jurisdição brasileira como condição de procedibilidade para extradição 309
5 Conclusão 310
Referências 311

A OBRIGAÇÃO DE EXTRADITAR OU JULGAR NO DIREITO BRASILEIRO
Márcio P. P. Garcia 313
1 Introdução: sentimento de confiança 315
2 Desenvolvimento 320
3 Conclusão: memória das ilusões 329
Referências 331
Anexo: amostra da tipologia brasileira 333

PERDA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA E EXTRADIÇÃO: RELATO DE UM CASO REAL
Luís Roberto Barroso, Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues 359
1 Introdução 359
2 A discussão sobre a possibilidade de perda da nacionalidade brasileira e o Mandado de Segurança nº 33.864/DF 361
2.1 Os fatos 361
3 A extradição e a extradição de brasileiros 363
3.1 A extradição 363
3.2 A extradição de brasileiros 364
3.3 O julgamento do Mandado de Segurança nº 33.864/DF 365

4 A Extradição nº 1.462/DF 368
5 Conclusões 368
Referências 370

ASILO, REFÚGIO E EXTRADIÇÃO: A PROTEÇÃO AOS MIGRANTES À LUZ DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
Flávia Piovesan, Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos 371
Introdução 371
1 Proteção dos migrantes na ordem internacional 372
2 Proteção dos migrantes no direito brasileiro: avanços da nova lei 383
Conclusões 392
Referências 393

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E AS MEDIDAS COMPULSÓRIAS SOBRE APÁTRIDAS E REFUGIADOS
Amina Welten Guerra, Leonardo Nemer Caldeira Brant 395
1 Introdução 395
2 Apatridia e refúgio na nova legislação migratória brasileira 396
3 As medidas compulsórias na nova Lei de Migração 399
3.1 A repatriação do apátrida e do refugiado 399
3.2 A deportação 400
3.3 A expulsão 402
4 Considerações finais 404
Referências 405

DIREITO DE ASILO E REFUGIADOS NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA
Jorge Miranda 407
Referências 418

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Ana Flavia Velloso 421

SOBRE OS AUTORES 429